

# Arinos defende comitês regionais da Constituinte

AGÊNCIA ESTADO

"Não acho que os comitês regionais devam ser dissolvidos como disse Miguel Reale. O ideal é que atuassem permanentemente, e não ficassem restritos, apenas, às regiões de origem. Temos de pensar nas diretrizes a serem adotadas daqui para a frente. Temos de decidir sobre os sistemas de governo, de poder. O presidencialismo brasileiro é, sempre, uma sucessão de catástrofes, à exceção do governo Rodrigues Alves. Faço um apelo aos senhores para pensarem no parlamentarismo. É a solução para o País". A afirmação, feita ontem no Rio, é do Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, professor Afonso Arinos de Melo Franco, que se reuniu na sede regional do Banco Central com os cinco coordenadores seccionais, que estudam a elaboração de uma nova Constituição Brasileira.

A reunião teve o intuito de verificar os trabalhos desenvolvidos, até agora, pelas seccionais de São Paulo, coordenada pelo professor Miguel Reale, do Rio de Janeiro, pelo acadêmico Evaristo de Moraes Filho, de Brasília, por Paulo Brossard, de Pernambuco, por Gilberto Freyre, e de Minas Gerais, por Raul Machado Horta. Ficou decidido que a reunião plenária dos 50 membros será realizada, no máximo, até o final de janeiro de 1986.

Foi, também, sugerida a formação de comitês temáticos, que tratarão de temas como regime de poderes, regime de direitos e garantias individuais e sociais, regime econômico, da cultura, de saúde, e da defesa nacional e preservação da ordem democrática, entre outros. Cada membro escolherá o tema de sua preferência, além de tomar por base opiniões e sugestões da sociedade já reunidas em trabalho de informática feito pelo Serpro e pela Fundação Getúlio Vargas. É um elenco de sugestões, oriundas de várias partes do território nacional, e algumas curiosas, como a carta que Rafael Galvão Flores enviou ao presidente da comissão de estudos constitucionais, Afonso Arinos, solicitando, simplesmente, "a extinção do Senado Federal". Essa, bem como outras idéias, serão apreciadas por todas as seccionais, antes da elaboração final do anteprojeto da nova Constituição brasileira.

O professor Miguel Reale disse que a seccional-São Paulo estudou

com profundidade assuntos básicos como os relacionados aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, este último alvo de projeto de sua autoria. A seccional-SP apresentou, também, disposições de caráter particular sobre a organização sindical e os direitos e garantias individuais. "O resultado — frisou — foi uma revisão global de caráter atualizado e concreto em todos os planos da Constituição. No centro de nossas investigações não foi posto o Estado, mas sim a sociedade civil e os indivíduos com seus intangíveis valores pessoais."

O acadêmico Evaristo de Moraes



Afonso Arinos

Filho informou que a seccional do Rio de Janeiro passou em revista todos os temas constitucionais, fazendo um trabalho de Direito Comparado, levando em conta os textos das últimas Constituições mundiais, como a espanhola, portuguesa, alemã, sueca, francesa e italiana. Sobre o tema de sua preferência, ele disse: "Prefiro concentrar o trabalho nos direitos sociais e dos trabalhadores. Acho que a nova Constituição deve começar pelos direitos fundamentais do homem, e não pelos poderes do Estado".

O presidente da Associação Bra-

sileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, da seccional-RJ, disse não compreender que um País, com uma dívida de 100 bilhões de dólares, "não tenha dado ao povo a oportunidade de se pronunciar a respeito, através do Poder Legislativo". E recebeu a receita da nova Constituição Brasileira: "Urge, no texto constitucional, uma fixação mais nítida dos direitos humanos: o reconhecimento do direito à nacionalidade, negado pelos últimos governos autoritários; uma procura maior da descentralização do regime político brasileiro, conferindo maiores poderes aos municípios, e fazendo depender do Legislativo a orientação da política financeira".

Por fim, Paulo Brossard, da seccional de Brasília, mostrou-se favorável à implantação do regime parlamentarista no Brasil: "O sistema de relações entre Poderes é que define e fisionomia da Constituição. À luz de nossa história, bem como em face da evolução universal das instituições, entendo que a despersonalização do poder, a sua constitucionalização, através da adoção do governo parlamentar, é a grande, a fundamental mudança. O parlamentarismo, a esta altura, será para o Brasil a reforma das reformas".

## Presidencialismo

A redução do controle do Estado nas atividades produtivas e a adoção do "presidencialismo vigiado", com o Congresso Nacional com poderes para demitir ministros de Estado por decisão de maioria absoluta, são algumas das sugestões do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, à Comissão Constituinte.

Segundo Bueno Vidigal, integrante da comissão, que ontem entregou uma cópia de sua proposta ao assessor jurídico do presidente Sarney, Célio Boja, o presidencialismo que ele deseja ver implantado igualaria a competência dos Poderes Legislativo e Executivo, dando poderes ao Congresso para fiscalizar o governo. A fórmula seria a nomeação de "um ministro-coordenador" que faria a ponte entre as decisões do governo e a vontade dos congressistas. Ele reconhece que o parlamentarismo é o sistema que melhor atenderia às necessidades do País, mas optou por uma fórmula mais "branda" e, conseqüentemente, de aprovação mais viável.

## A campanha das mulheres

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Em solenidade realizada no Ministério da Justiça com a presença de cerca de 200 pessoas — a grande maioria mulheres —, poucos políticos e três ministros, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — CNDM — lançou ontem a Campanha Nacional pela Participação das Mulheres na Constituinte. "Vamos exigir a nossa participação na Constituinte, acabar com a chefia masculina e dizer não à violência contra as mulheres", conclamou a deputada Ruth Escobar, presidenta do Conse-

lho, ao lançar a campanha. Esta irá, segundo a deputada, informar, mobilizar e levantar os pontos que as mulheres pretendem sejam levados à Constituinte, "para dar uma virada nacional".

Além do ministro da Justiça, Fernando Lyra, participaram da cerimônia Ronaldo Costa Couto, do Interior, e Aluísio Alves, da Administração. Lyra destacou em seu discurso que o Ministério da Justiça "é, sem dúvida, o das reais mudanças da mentalidade do processo político brasileiro e, por isso, é contestado pelas áreas conservadoras".

ANC 88  
Pasta Nov/Dez 85  
013